

Duplicada a capacidade da central de dados do Judiciário



O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) duplicou a capacidade da central de processamento de dados do Judiciário. Os equipamentos que gravam as informações dos sistemas judiciais e administrativos passaram a armazenar 58 terabytes (espaço de memória) – o suficiente para guardar 50 milhões de páginas de documentos, ou o equivalente a 100 mil resmas de papel. “É mais facilidade para advogados e maior agilidade no julgamento dos processos. É incalculável a economia de tempo, espaço e recursos”, avalia o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

O diretor de Informática, Paulo Rocha

Neto, explica que a central de dados tem tecnologia que permite infinitas ampliações, prevendo a expansão do processo eletrônico. “Imaginemos quantas salas seriam necessárias para guardar tanto papel. Isso tudo vai ficar armazenado num pequeno armário metálico”, diz.

O novo Data Center foi inaugurado em junho deste ano. O investimento de R\$ 1,9 milhão reúne tecnologia de ponta e permite funcionamento dos sistemas judiciais e administrativos durante 24 horas.

SEGURANÇA - Construído com base no conceito de “sala segura”, o local é protegido contra acesso indevido, com um sis-

tema de câmeras de vigilância e entrada controlada por biometria.

O centro de dados conta ainda com sistemas de última geração para detecção precoce de fumaça e extinção de incêndio com gás inerte, o que permite atacar o fogo e não danificar os equipamentos.

As máquinas possuem fonte de energia secundária, para prevenção a quedas de eletricidade. O ambiente tem temperatura e umidade controladas automaticamente.

Os equipamentos foram montados em um salão com piso elevado para possibilitar a passagem de cabos elétricos e de dados, suspensos em armários metálicos (racks).



Juizados de São Luís recebem melhorias

No período de janeiro a novembro deste ano, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promoveu melhorias nas instalações de 14 juizados especiais de São Luís. Segundo relatório da Diretoria de Engenharia, as obras custaram R\$ 227.660,54 e incluíram serviços de manutenção predial e reformas.

Foram beneficiados os juizados especiais do centro e da periferia da capital. As intervenções foram concluídas nos Juizados da UEMA, Coroado, Renascença I e II, Centro, João de Deus, Cohab, Anil, Cohama, Turu e Anjo da Guarda.

Nos juizados do Trânsito (Vila Palmeira) e Maracanã os serviços ainda estão em execução. Já no bairro Olho D'Água, o projeto de

arquitetura está sendo finalizado, para aprovação do juiz da unidade.

“Em geral foram serviços pequenos, mas que garantiram boa funcionalidade às unidades, trouxeram melhorias ao trabalho dos servidores e no atendimento ao público”, observa o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

“Promovemos melhorias e adequações em pelo menos quatorze juizados, somente na capital”, diz o diretor de engenharia do TJMA, Rui Lima.

UEMA - No 2º Juizado Cível e das Relações de Consumo, no campus universitário da UEMA, no bairro do São Cristóvão, a reforma

iniciada em junho foi concluída este mês.

A unidade recebeu serviços de reforma e construção de estrutura de concreto para suporte do telhado, substituição do forro e do piso, adequação de sanitário para portadores de deficiência, melhoria das instalações lógicas e telefônicas, pintura geral, revisão do sistema hidro-sanitário e de adaptação da infraestrutura do prédio para novo sistema de ar-condicionado.

A área de abrangência do Juizado da UEMA inclui comunidades como Maiobinha, Vila Flamengo, Tropical I e II, Cidade Operária, Santa Efigênia, Jardim América, Jeniparana, Mata, Santa Clara, Vila Janaína, Cidade Olímpica, Santa Bárbara e Vila Vitória.

Aprovado novo calendário de feriados forenses para 2013



O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou ato que relaciona os feriados, pontos facultativos e suspensão de expediente no Judiciário estadual durante o ano de 2013.

Segundo o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, a medida considera a necessidade de planejamento e organização das atividades dos órgãos do Poder Judiciário.

“Esperamos que a agenda prévia sirva de

referência para os magistrados, advogados, partes processuais e servidores na organização e planejamento de suas atividades, principalmente as audiências e o plantão judiciário”, explica.

CALENDÁRIO – Não haverá expediente nos feriados de 1º de Janeiro (Ano Novo); 11 e 12 de fevereiro (Carnaval); 28 de março (quinta-feira santa); 29 de março (sexta-feira santa); 1º de maio (Dia do Trabalho); 30 de maio (Cor-

pus Christi); 28 de outubro (Dia do Servidor Público); 15 de novembro (Proclamação da República); 25 de dezembro (Natal).

Não haverá também expediente judiciário nas comarcas do interior nos feriados definidos em lei municipal.

São considerados pontos facultativos no âmbito do Poder Judiciário estadual os dias 13 de fevereiro (quarta-feira de cinzas) e 27 de março (Semana Santa).

O expediente será suspenso nas seguintes datas, compreendidas entre feriados e finais de semana: 31 de maio (sexta-feira que sucede ao feriado de Corpus Christi); 24 de dezembro (terça-feira que antecede ao Natal); 31 de dezembro (terça-feira que antecede ao Ano Novo).

Nos dias em que houver suspensão de expediente forense, o mecanismo de apreciação dos requerimentos judiciais permanece como de “natureza urgente” e seguirá nos plantões.

COMPENSAÇÃO - As horas não trabalhadas, obedecendo ao cronograma do calendário de feriados, poderão ser compensadas, em período oportuno do mesmo exercício, à razão de 1 hora por dia, a critério da presidência do TJMA. Já os pontos facultativos instituídos pelo Poder Executivo não obrigam a compensação pelo Judiciário.



Centros vão fazer acordos judiciais



O Poder Judiciário instalou mais dois Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, desta vez nos campi I (Renascença II) e II (Cohama) do Uniceuma. Já estão em funcionamento os centros da Rua do Egito e do Fórum “Desembargador Sarney Costa” (Calhau), entregues com o fim de assegurar a solução de conflitos judiciais por meio da conciliação e mediação.

“Os centros desburocratizam a justiça e facilitam o acesso do cidadão, pois funcionam com base na política proativa de conciliação,

que deve ser incentivada pelo Judiciário em todo o Estado, a exemplo do que vem sendo feito na gestão do presidente Guerreiro Júnior, que não tem medido esforços para a instalação dos mesmos”, destacou o presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, durante a inauguração.

Presente ao evento, o corregedor geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, disse que é necessária a mudança da cultura da judicialização de conflitos.

“A conciliação é o melhor caminho para que as partes possam chegar a um acordo. É dever do magistrado incentivar a conciliação, pois dessa forma tempo e custos são reduzidos”, enfatizou.

PARCERIAS - Na solenidade de instalação dos Cejuscs foi celebrado convênio entre o TJMA e a universidade Ceuma. Na ocasião, foi assinado também Termo de Cooperação com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania, por intermédio da Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (Procon).

Com a parceria, o Procon terá uma unidade de atendimento ao público nas dependências dos escritórios-escolas das unidades Renascença, Cohama e Anil do Uniceuma.

Na segunda-feira (12), durante a instalação dos centros no Fórum “Desembargador Sarney Costa” e na Rua do Egito, foi assinado termo de compromisso entre o TJMA, a Defensoria Pública, a seccional da OAB e as empresas Vivo e Cemar, com a proposta de buscar entendimento consensual dos conflitos.

De acordo com o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos do TJMA, juiz Alexandre Abreu, o Judiciário vai fazer funcionar bem os quatro centros de São Luís e continuará dando a assistência necessária aos dois de Imperatriz.

Conciliadores recebem capacitação



Mais de 70 voluntários – bacharéis em Direito – participaram, no auditório do Tribunal de Justiça do Maranhão, do Curso de Formação de Conciliadores e Mediadores Voluntários, promovido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

O curso teve duração de duas semanas. As aulas foram ministradas pelo juiz da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Nelson Moraes Rêgo.

“O objetivo é capacitar os voluntários que irão atuar nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania inaugurados recentemente”, disse o presidente do Núcleo, desembargador José Luiz Almeida.

“A atuação desses bacharéis como conciliadores nos Centros de Solução de Conflitos contará como prática forense em concursos públicos”, explica o coordenador do Núcleo, juiz Alexandre Abreu.



Servidores concluem pós-graduação em Administração Judiciária



Uma turma com cerca de 30 servidores das comarcas de São Luís e do interior do Estado concluíram, em novembro, o curso de pós-graduação em "Administração Judiciária" oferecido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, em convênio com a Escola de Negócios Excellence (ENE).

Os concludentes, selecionados dentre ser-

vidores com avaliação "excelente" e pelos critérios de currículo e tempo de serviço, integraram a 2ª turma nessa especialidade, e frequentaram 360h de aulas em 17 disciplinas de nível básico e avançado, nas áreas administrativa, financeira e de gestão de pessoas.

O conteúdo foi ministrado no período de 28 de abril de 2011 a 24 de novembro deste ano, com aulas às quintas e sextas-feiras das 19h às 22h30 e aos sábados, das 08h30 às 18h. Dentre as disciplinas ministradas, algumas versaram sobre marketing, logística, orçamento e finanças.

No encerramento das aulas, com a conclusão do último módulo, o professor Ricardo Carreira, coordenador-geral de MBA's da ENE, falou da evolução do curso no sentido de atender às necessidades da clientela e destacou a importância da especialização para a gestão pública.

"As organizações públicas estão identificando o momento de mudança na sociedade,

de, em que a gestão pública envereda para a eficiência e a estratégia. O Poder Judiciário já percebeu essa necessidade e instituiu o seu planejamento estratégico e as suas metas. Esse curso oferecido aos seus servidores é uma prova disso", destacou o professor.

Os alunos se manifestaram sobre o enriquecimento pessoal e profissional proporcionado pela pós-graduação. Márcio Luís, tesoureiro do Sindjus e vice-presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil no Maranhão, um dos alunos, ressaltou que o curso foi uma iniciativa proveitosa do Tribunal para melhorar a capacitação dos servidores.

"Quanto mais qualificado o servidor estiver, melhor será a prestação jurisdicional", disse o sindicalista.

A servidora Rosane Romeiro, oficial de Justiça, disse que o curso também proporcionou conhecimento e troca de experiências com os colegas de trabalho da capital e do interior, com quem não se tem contato no dia-a-dia.

TJMA é o 4º do país em menor congestionamento processual

O relatório "Justiça em Números 2012", do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), situa o Poder Judiciário do Maranhão em posição favorável quanto à movimentação processual e produtividade. O documento aponta que o TJMA, considerando 1º e 2º graus, obteve "destaque positivo" em três indicadores.

O total de processos baixados no ano passado foi superior em 3% ao total de casos novos no Tribunal, com aumento significativo da ordem de 79% em 2011 em relação ao ano anterior.

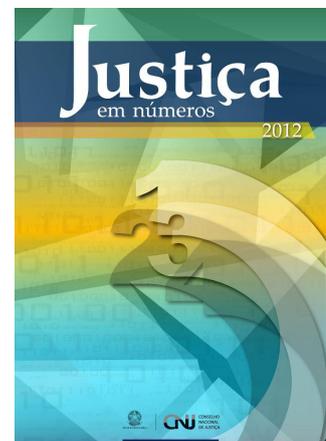
Outro indicador satisfatório foi a baixa da taxa de congestionamento - percentual de processos que não foram solucionados durante o ano -, que apresentou redução de 13 pontos percentuais em relação a 2010, situando o TJMA em 4º lugar no ranking nacional e 1º

na região Nordeste. O desempenho favorável nessas áreas repercutiu entre desembargadores.

"Os números apontam que o Judiciário do Maranhão cresceu em produtividade e na qualidade de serviços prestados aos jurisdicionados. Essa conquista é de todos os magistrados e consolida investimentos expressivos em tecnologia de ponta e na qualificação dos nossos servidores", avaliou o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

"Estamos todos de parabéns: desembargadores, juízes e servidores", afirmou o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha. Para o juiz auxiliar da presidência, José Nilo Ribeiro Filho, esse desempenho resulta da gestão dos serviços: "Em que pese as di-

fículdades enfrentadas pelo Judiciário maranhense, os números mostram que as medidas tomadas pela administração da Justiça no Estado, no sentido de aprimorar a prestação jurisdicional, estão no rumo certo", disse.



Núcleo de Jornalismo:
Andréa Colins, Danielle Calvet, Helena Barbosa, Irma Helenn Souza, Joelma Nascimento, Juliana Mendes, Paulo Lafene e Orquídea Santos

Chefe de Reportagem:
Antonio Carlos de Oliveira

Assessor-Chefe de Comunicação:
Reinaldo Barros

Edição:
Irma Helenn Souza

Diagramação:
Tiago Erre

Fotos:
Ribamar Pinheiro